



CyP

Revista Cambios y Permanencias
Publicación multi e interdisciplinar
orientada a los estudios sociales

Revista Cambios y Permanencias

Grupo de Investigación Historia, Archivística y Redes de Investigación

Vol.11, Núm. 1, pp. 1071-1086 - ISSN 2027-5528

Pinceladas narrativas: educação, mulher e cárcere

Narrative brushstrokes: education, women and prison

Kely Rejane Souza dos Anjos de Carvalho

orcid.org/0000-0001-6683-839X

Daniela Patrícia Ado Maldonado

orcid.org/0000-0002-3728-3206

Jocyléia Santana dos Santos

orcid.org/0000-0003-2335-121X

Ciro Ferreira de Carvalho Junior

orcid.org/0000-0001-6895-4896

Universidade/ Instituto Federal do Tocantins

**HA
RE
D**
Grupo de
Investigación
Historia
Archivística y
Redes de
Investigación



Universidad
Industrial de
Santander

Universidad Industrial de Santander / cambiosypermanencias@uis.edu.co

Pinceladas narrativas: educação, mulher e cárcere

Kely Rejane Souza dos Anjos de Carvalho

Universidade Federal do Tocantins

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Pedagoga Orientadora Educacional no Instituto Federal do Tocantins – IFTO.

Correo electrónico: kelyrejanecarvalho@gmail.com

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0001-6683-839X>

Jocyléia Santana dos Santos

Universidade Federal do Tocantins

Professora Doutora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Correo electrónico: jocyleiasantana@gmail.com

ORCID-ID: <http://orcid.org/0000-0003-2335-121X>

Daniela Patrícia Ado Maldonado

União Educacional Superior do Médio Tocantins – UNEST

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Correo electrónico: ado_daniela@yahoo.com.br

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0002-3728-3206>

Ciro Ferreira de Carvalho Junior

IFTO - Instituto Federal do Tocantins

Mestre em Sistemas e Computação pela Universidade Salvador – UNIFCAS.

Professor no Instituto Federal do Tocantins – IFTO.

Correo electrónico: cirofcjr@gmail.com

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0001-6895-4896>

Resumo

Este estudo buscou conhecer como se dá o processo de ensino e aprendizagem na Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso - Tocantins. O método utilizado foi amparado pela história oral temática que consistiu no acolhimento das memórias e narrativas de professoras e alunas, por meio de entrevistas individuais. Os resultados mostram quão deficiente se encontra a modalidade de ensino estudada e que ainda há muito por fazer em prol da disseminação e fortalecimento da educação em prisões. Contudo, é necessário reconhecer o trabalho que as quatro professoras fazem para que alunas e a ressocialização se encontrem, por meio da educação.

Palavras-chave: Mulher, educação em prisões, narrativas, ressocialização.

Narrative brushstrokes: education, women and prison

Abstract

This study sought to understand how the teaching and learning process takes place in the Women's Prison Unit of Pedro Afonso - Tocantins, Brazil. The method used was supported by the thematic oral history, which consisted in the welcoming of memories and narratives of teachers and students, through individual interviews. The results show how deficient the teaching modality studied is and that there is still much to be done in favor of the dissemination and strengthening of education in prisons. However, it is necessary to recognize the work that the four teachers do for students and resocialization to meet, through education.

Keywords: Woman, prison education, narratives, resocialization.

Pinceladas narrativas: educación, mujer y cárcel

Resumen

Este estudio busca conocer cómo se da el proceso de enseñanza y aprendizaje en la Unidad Prisionera Femenina de Pedro Afonso – Tocantins. El método utilizado fue amparado por la historia oral temática, que consistió en la acogida de memorias y narrativas de profesoras y alumnas, por medio de entrevistas individuales. Los resultados muestran cuan deficiente se encuentra la modalidad de enseñanza estudiada y que todavía hay mucho por hacer en pro de la diseminación y fortalecimiento de la educación en prisiones, sin embargo, es necesario reconocer el trabajo que las cuatro profesoras hacen para que las alunas y la resocialización se encuentren, por medio de la educación.

Palabras-clave: Mujer, educación en prisiones, narrativas, resocialización.

Introdução

Muito tem se falado em ressocializar o preso, mas na verdade, o trabalho que tem sido efetivamente feito nos presídios brasileiros, não é suficiente para que a ressocialização alcance todas as pessoas que se encontram reclusas. A Lei de Execução Penal Brasileira, de 1984, alterada pela Lei 12.245, de 2010, determina que a população carcerária deve exercer algum tipo de atividade laboral, bem como preconiza a obrigatoriedade de oferta do ensino fundamental nas instituições penais e a implantação de uma biblioteca. O que se constata na realidade, todavia, é bem diferente. *Em março de 2015 foi divulgado, pelo Ministério da Justiça, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), cujos dados informam que apenas uma em cada dez pessoas reclusas realiza algum tipo de atividade educacional no país.*

A respeito do ensino ofertado no sistema penitenciário brasileiro, ficou a cargo da educação de jovens e adultos (EJA), por constituir uma forma de educação diferenciada e ser a modalidade adotada nas unidades prisionais brasileiras. Esta, por sua vez, quando associada à educação prisional impõe ao educador o desafio de conciliar suas respectivas peculiaridades. Assim sendo, é necessário considerar que os professores inseridos nessa modalidade de ensino devem ter didáticas e práticas específicas, que sejam capazes de auxiliar no processo de reinserção do ex-presidiário na sociedade e no mercado de trabalho. O que desperta a necessidade de compreender se a formação didático-pedagógica recebida por esses profissionais dispõem de aporte teórico-metodológico que os capacite para lidar com pessoas que têm um direito precioso retirado, sua liberdade.

Sob essa ótica, no intuito de atingir os objetivos almejados, realizamos um estudo norteado pela história oral, método regido pela preocupação de conhecer as significações das ações e relações entre pessoas ou grupos. Nessa perspectiva, o tipo utilizado foi a história oral temática, que é realizada com grupos de indivíduos que possuem algum acontecimento em comum. Assim sendo, o *corpus* da pesquisa foi composto por alunas e professoras que atuam juntas na educação prisional da Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.

Ressalta-se que todas as interlocutoras deste estudo foram voluntárias e aceitaram narrar suas memórias e experiências mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no intuito de preservá-las, utilizamos apenas o último nome das

entrevistadas, conforme orientações do parecer consubstanciado nº. 3.096.185 de 19 de dezembro de 2018 emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa em seres humanos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que autorizou e validou a execução desta pesquisa.

Aporte teórico

Com a perceptível ineficácia do aprisionamento de pessoas como forma de reabilitação, começou-se a pensar na ressocialização do preso e em meios para devolver um indivíduo reabilitado ao convívio saudável da sociedade (Foucault, 1987). Nesse sentido é que há toda uma gama regulamentar que dispõe sobre a recuperação do preso, por meio da educação e do trabalho. Nessa perspectiva, vamos ao encontro do artigo 17 da Lei nº.7.210 de 1984 que estabelece que a “assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Enquanto que o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, por seu turno, preconiza que é dever do Estado proporcionar educação para todos, inclusive para os que não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada. Nessa acepção, podemos fazer uma ponte com o pensamento de Foucault (1987, p. 224), que enfatiza: “a educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

Na contramão do que preconiza a legislação brasileira sobre a oferta efetiva de ensino no sistema penitenciário temos os dados do INFOPEN (2015) que informam o baixo grau de escolaridade da população prisional brasileira: cerca de 53% dos presos possuem ensino fundamental incompleto. Sendo que as mulheres acima de 18 anos, em situação de prisão, correspondem a 6% da população do sistema prisional brasileiro.

Temos que, o preso é considerado uma pessoa com direitos constitucionais. Uma vez que o cumprimento de sua sentença assumido como um processo de reabilitação, ou seja, um procedimento de preparação para o reingresso saudável à sociedade. Muitas vezes, porém, não é isso o que acontece. Necessário se faz destacar, a esse respeito, pesquisa inédita realizada em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), intitulada: Reincidência criminal no Brasil, cujos dados revelaram uma taxa de 24,4% *de reincidência*, ou seja, a cada 4 ex-condenados, 1 volta a ser condenado por algum crime no prazo de cinco anos. Na comparação entre o percentual de reincidentes versus o nível de escolaridade, a pesquisa aponta que:

De acordo com dados do Censo de 2010, o Brasil possui uma taxa de analfabetismo de 9,6% na população com 15 anos ou mais. Contudo, na amostra geral de apenados, os sem instrução ou com ensino fundamental perfazem 75,1% do total, proporção que é ainda mais contundente entre os reincidentes, nos quais 80,3% da amostra encontram-se nessa categoria (IPEA, 2015, p. 26).

Infere-se do fragmento acima que o percentual de presos com pouca ou nenhuma instrução supera os três quartos do total, confirmando que o baixo nível de escolarização pode ser um dos fatores a corroborar para o alto índice de criminalidade no país. Outro aspecto a ser levado em consideração é a taxa de reincidentes, da qual, mais de 80% das pessoas em privação de liberdade possuem baixa escolarização.

Sobre o processo de reabilitação da mulher presa, Cunha (2010, p. 163) afirma que o mesmo “deve abranger, necessariamente, os aspectos que envolvem a construção da imagem da mulher, concreta e subjetiva, o papel da educação, da qualificação e do trabalho no cárcere”. Sendo assim, a ressocialização da aluna, em situação de prisão, não deve ser inerente apenas à esfera social, mas, também à familiar e à política.

Segundo Silva (1997, p. 176) “os efeitos mais duradouros do processo de institucionalização são os danos causados à constituição da identidade, a afirmação do ‘estigma’, a incorporação do sentimento de inferioridade e a redução significativa da autoestima”. Essas consequências são mais devastadoras na vida das mulheres, pois são associadas ao sexismo, fortalecendo assim o sentimento de inferioridade perante os homens. Daí por que o processo de reinserção social se torna tão importante e, ao mesmo tempo, complexo para as mulheres privadas de liberdade. Nesse sentido é que a educação oferecida para essas alunas é diferenciada da ofertada aos alunos “normais”, visto que elas buscam, por meio da escolarização, não apenas a elevação da escolaridade, mas também a realocação saudável à sociedade.

Diante do panorama configurado pelo processo de ressocialização, o INFOPEN (2015) aponta que apenas 11,3% da população carcerária do Estado do Tocantins têm acesso à educação. Entre os presídios que promovem assistência educacional no Estado, está a Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso que busca a ressocialização às reeducandas, por meio do estudo. No que diz respeito aos benefícios da reabilitação, Julião (2016, p.74) argumenta que:

[...] a educação pode preponderantemente assumir papel de destaque, pois, além dos benefícios da instrução escolar e de formação social, o preso pode vir a participar de um processo de modificação de sua visão de mundo, contribuindo para a formação do senso crítico, melhorando o seu comportamento na vida carcerária.

Considerando a especificidade do perfil do docente que atua na prisão, é de fundamental importância compreender em que proporção os conhecimentos do educador permitem respostas aos desafios da ressocialização do aluno em privação de liberdade. Nessa perspectiva, são necessários estudos que focalizem os desafios que o processo de ressocialização impõe à prática docente, objetivando-se analisar a natureza das contribuições advindas da formação dos educadores. Dessa forma, esta pesquisa se propôs a investigar aspectos da prática pedagógica das professoras que atuam na educação prisional ofertada na Unidade Feminina de Pedro Afonso, relacionando-os às necessidades e demandas socioeducativas das reeducandas inseridas na EJA.

Caminhos metodológicos

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso e o grupo escolhido para a aplicação da pesquisa foi composto por professoras e reeducandas da Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso. Os depoimentos das reeducandas e professoras foram colhidos pelo método proposto pela história oral, que é entendido por Thompson (2002, p. 09) como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiência”. Dentro desta ótica, nos apreendemos, mais especificamente, à história oral temática, modalidade que é definida por Alberti (2005, p. 38):

Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que tem estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma ‘extraído’ da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas. Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito.

Ainda segundo a mesma autora, “as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (Alberti, 2005, p. 37). Desse modo, esta pesquisa focou nas narrativas da vida escolar, tanto fora como dentro da prisão, das alunas e suas professoras, ouvidas por meio da história oral temática. Por meio da análise das memórias recuperadas e acolhidas por essas mulheres, procuramos

compreender como se dá, por meio da EJA, a busca pela efetiva ressocialização das alunas em situação de prisão.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi a sala de aula que funciona dentro da Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso, *que é* uma extensão do Colégio Estadual Ana Amorim, que, desde 2014, dispõe de parceria com a Secretaria Estadual de Defesa Social. As aulas acontecem dentro da unidade prisional, em uma sala adaptada com carteiras, ar-condicionado e quadro branco. O período de aulas é de segunda a sexta-feira, desenvolvidas no sistema multisseriado em três divisões. O ensino fundamental I e II, do 1º ao 9º ano, é ofertado no período matutino, e o ensino médio no período vespertino, sendo que cada seis meses de aula correspondem a uma série.

As entrevistadas que constituíram o *corpus* da pesquisa foram escolhidas através do critério que eram professoras e alunas da sala de aula que funciona dentro da prisão. Entre as reeducandas foram selecionadas somente as que, além de estudar na unidade, apresentassem boa saúde e discernimento para compreender todo o processo de desenvolvimento da pesquisa. No que se refere às professoras, o critério de seleção foi o mesmo utilizado para as alunas, sendo excluídos os professores afastados do ensino, independente do motivo.

O lugar e as condições nos quais foram realizadas as entrevistas também é de grande importância. A sala de atendimento médico, onde há atendimentos semanais às detentas, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Pedro Afonso, foi o local mais apropriado encontrado no presídio para que se fizessem as entrevistas com as alunas, por ser privado e silencioso. Como não há na unidade prisional um espaço para o planejamento das professoras, o ambiente escolhido para a realização das entrevistas com as educadoras foi a sala de recursos audiovisuais da Escola Estadual Ana Amorim.

Foram realizadas entrevistas individuais com três internas. São elas: Santos: 43 anos, solteira, estuda *o 2º ano do ensino fundamental*; Sousa: 30 anos, solteira, *curso o 2º ano do ensino médio*; e Melo: 23 anos, solteira, *curso o 1º ano do ensino médio*. Também foram entrevistadas quatro professoras: Moraes, licenciada em pedagogia, 47 anos, solteira, leciona na prisão desde 2014; Medeiros, licenciada em pedagogia, 38 anos, casada, também trabalha na prisão desde 2014; Araújo, licenciada em matemática, 26 anos, solteira, atua na prisão desde 2017; e Santos, licenciada em pedagogia, 45 anos, casada, leciona na EJA prisional desde 2015.

As colaboradoras se dispuseram a dar seus depoimentos acerca das memórias e opiniões relativas à temática proposta. Além de resguardar o direito de desistir de participar a qualquer tempo da pesquisa. Os resultados apresentados neste trabalho fazem parte da pesquisa de mestrado que consiste na transcrição das narrativas acolhidas das entrevistadas, sendo a transcrição idêntica às falas das depoentes, inseridas no corpo do texto.

Vivências e experiências educacionais na prisão

No desígnio de *compreendermos como se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem no cárcere, questionamos às reeducandas, o que as motivou a voltar a estudar na escola do presídio*. Santos (2019), a esse respeito, relatou:

Incentivou foi as meninas também, aqui é muito bom, tô gostando dos estudos, as professoras e a direção são tudo muito bom, pessoal bom, a diretora. Eu não tenho que dizer dessa unidade prisional, né? Não pra mim ficar, porque quero ter minha liberdade. Mas eu tô desenvolvendo, tô lendo mais, tô dando conta já de escrever, já. As professora são muito boa, ensina a gente bem, tem paciência.

Por meio das narrativas, percebemos que um dos principais fatores que fizeram com que as alunas quisessem voltar a frequentar as aulas é, de fato, a atuação das professoras envolvidas nesse processo. Melo (2019) narrou porque optou por voltar aos estudos na prisão:

Assim, porque, eu parei de estudar, mas quando eu tive meus meninos, que eu parei um pouco pra pensar... minha sempre me dava conselhos, minha mãe sempre dizia: E... volta à estudar, vai estudar, fazer curso, pra você arrumar um emprego e tudo. Aí quando eu cheguei aqui dentro eu vi as *menina* interessada, tudo querendo ir pra escola, aí quando eu cheguei, tem uma menina que me apoiou muito, me ajudou muito, me ensinou muita coisa aí dentro, agradeço ela. A I... falou assim, vai estudar, é bom pra ti que tu estuda, que as professoras são ótimas professoras, e a escola é boa, tu estuda, todo mundo é unido, até te ajuda, a remir até sua pena, elas falaram. Não, então tá bom, vou pedir pra colocar meu nome, aí botaram, e eu comecei a gostar.

Focalizando a atuação do professor que trabalha no sistema carcerário, necessário se faz discutirmos se a presença desse profissional no ambiente prisional decorre de opção pessoal ou de imposição. Registramos, nessa perspectiva, o que é registrado por Araújo e Leite (2013) ao afirmarem que a grande maioria dos professores que se encontram em atuação nos sistemas penitenciários não fez essa escolha. Fragmento confirmado na fala de Duarte (2013, p. 30), que argumenta: “[...] diante de um perfil que exige tantas qualidades, torna-se um ato de negligência, tanto para os alunos como para os professores despreparados, delegar uma sala de aula para um docente sem as reais condições para o trabalho”.

Porém, constatamos por meio dos depoimentos das educadoras, que as mesmas optaram por atuar na educação prisional, visto que aceitaram um convite da Diretoria Regional de Ensino da cidade de Pedro Afonso. Significa dizer, portanto, que se trata de profissionais contratadas exclusivamente para esse fim, conforme esclarece a professora Medeiros (2019).

Bom, é feito assim, uma entrevista né? Com o profissional e eles procuram sempre uma pessoa que seja paciente, que seja reflexivo, né? E que saiba respeitar um cidadão. Não é por que as meninas estão lá, né? Elas estão pagando por um crime. Então não cabe a mim julgá-las. Então nós temos que ter... Foi feito essa entrevista baseada nesses critérios.

Ressaltamos que mesmo havendo escolas dentro do sistema prisional, ainda não há políticas educacionais específicas que atendam às necessidades das populações carcerárias. A esse respeito, *é inegável que a atuação motivadora e transformadora do professor se mostre fundamental no processo de reeducação do preso*. É primordial, por tanto, que se compreenda qual é o efetivo papel do docente diante do processo de ressocialização e se esse profissional é de fato preparado, durante sua formação, para enfrentar esse tipo de desafio.

Nessa concepção, quando indagadas sobre se tiveram capacitação específica para atuar na educação prisional todas as professoras responderam negativamente a essa pergunta como é enfatizado por Moraes (2019): “antes não, né. E durante recebemos apenas uma. Uma, né? Que essa foi voltada para o conhecimento do sistema prisional no Tocantins. Entendeu? Apenas isso”. Relato esse que é confirmado por Araújo (2019).

Não. Eu não tive nenhuma formação, porque no momento que teve a formação com as meninas eu não estava trabalhando ainda. Eu comecei esse ano. Mas eu contei com a ajuda de minhas colegas né? Como que trabalha. O que deve ser feito, as coisas que devo ou não levar pra sala de aula, por exemplo.

Com relação às políticas pedagógicas, essas devem discutir não somente como lidar com o aluno recluso, mas também a necessidade de incluir, nos currículos de formação, conteúdos e práticas voltados à educação no cárcere. Analisar e discutir tanto o currículo dos cursos de licenciatura para formação de professores que trabalham no sistema penitenciário quanto levar em consideração a realidade em que estão inseridos, professores e alunos, é de suma importância para o desenvolvimento de metodologias mais eficientes de trabalho na busca pela reintegração saudável dos alunos ao meio social.

Sobre o fato de a formação docente abordar ou não o tema educação e prisão, Moraes (2019) foi categórica: “não, na graduação não. Por que na graduação ela é voltada para o ensino regular e a Educação Prisional é nova assim, então a gente tá aí na batalha. Entendeu? Nas novas descobertas...” o que é complementado por Medeiros (2019):

Não, preparada durante a minha graduação não, né? Por que prepara-se para o trabalho no ensino regular, né? E a educação em prisões no Tocantins, especificamente na nossa cidade é nova. Então nós não temos, não fui preparada na minha graduação.

Depreendemos, das narrativas, que nem todos os professores são adequadamente preparados nos cursos de formação para atuarem no ambiente prisional, sendo que também não o são enquanto lecionam na sala de aula do cárcere. Das quatro professoras entrevistadas, três afirmaram que antes de trabalharem na educação prisional atuaram na educação diferenciada, seja ela indígena, PROJOVEM¹ ou EJA. Fator que, segundo elas, contribuiu para efetivar a contratação:

Eu não escolhi. Eu fui convidada a trabalhar na educação prisional. Pra mim foi uma oportunidade muito boa, por que é uma coisa nova pra nós, porque no nosso curso nós não estudamos a educação nas prisões. Aí recebi aquele convite da diretora da escola. Mas antes de trabalhar na prisional, eu já trabalhava na EJA. Dava aula para jovens e adultos da EJA (Santos, 2019).

Percebemos, assim, que não são exigidas e nem ofertadas condições prévias de conhecimento para que o professor trabalhe com jovens e adultas privadas de liberdade na unidade prisional estudada, mas a experiência em segmentos afins é o diferencial no ato da contratação:

Bom, eu sempre trabalhei em educação diferenciada. Trabalhei na indígena, trabalhei nos programas de recuperação, PROJOVEM Campo, PROJOVEM Urbano, então eu fui convidada. O pessoal da tinha o meu currículo e quando surgiu as turmas aqui na Unidade Feminina de Pedro Afonso, eles me ligaram e me fizeram o convite eu aceitei (Medeiros, 2019).

No intuito de conhecer quais e como são desenvolvidas, dentro do ambiente prisional, as concepções e práticas pedagógicas dessas educadoras, indagamos às próprias alunas o que elas achavam das metodologias aplicadas em sala de aula. Souza (2019) narrou:

São ótimas. Pra mim elas são como se fossem minha segunda mãe, minhas irmãs que eu não tenho aqui, porque com elas a gente chega aqui, a gente conta o que tá passando, a gente desabafa, aí elas escutam, elas dão conselhos pra nós, segunda amiga.

¹ É um programa federal desenvolvido no Tocantins pela Secretaria Estadual da Juventude (Sejuv) com o objetivo de promover a capacitação profissional do jovem e sua inclusão no mundo competitivo do trabalho.

Segundo o que nos foi informado pelas alunas, são agregados à educação recebida, além da construção de conhecimentos, valores fundamentais para a formação humana e para o amadurecimento de uma consciência crítica frente a questões sociais, amparada pelo empoderamento que todos os dias é incentivado pelas professoras atuantes na educação prisional. Por fim, questionamos ao grupo de professoras entrevistadas se em sua concepção, a educação contribui para o processo de ressocialização das alunas:

Eu acho que sim. Por que, a educação em si, ela é transformadora, né? A educação, ela tem um papel de tornar, tornar a pessoa, o indivíduo em um cidadão íntegro, então, se elas não deram valor, se elas foram motivadas da maneira certa aqui fora, lá dentro, né? Com essa oportunidade que elas têm de ter um contato mais direto com os professores, né? E por ter nada que tirem a atenção delas lá dentro, então a oportunidade delas realmente serem reeducadas é bem maior (Araújo, 2019)

As alunas também enfatizaram a importância da educação para o processo de ressocialização, a exemplo, o fragmento da entrevista de Melo (2019): “sim. Eu penso assim, eu estudando, terminando meus estudos, posso fazer curso, posso ter um emprego bom, apesar de eu tá aqui dentro, mas, errar é humano, então a gente pode mudar e procurar outra rotina, trabalho”.

Reflexões sobre a relação “educação e prisão”

Com relação à pesquisa, constatamos que, enquanto se fala em ações pedagógicas que podem ressocializar pessoas, em privação de liberdade, por meio da elevação do nível de escolaridade, pouco é discutido sobre uma questão igualmente importante, que é a necessidade de incluir, nos currículos das licenciaturas, conteúdos e práticas voltados à educação no cárcere, conforme explicitado pelas professoras entrevistadas. Assim, foi possível perceber que analisar e discutir tanto o currículo dos cursos de formação de professores que trabalham no sistema penitenciário quanto o currículo que é ofertado aos alunos em situação de prisão é de suma importância para o desenvolvimento de um trabalho mais eficiente e a oferta de uma educação que efetivamente ressocialize.

Foi possível perceber, também, que além dos tradicionais conteúdos metódicos há uma questão bem mais importante que permeia uma “cela de aula”, que é a conscientização sobre a importância de construir um projeto de vida digna. Conforme é salientado por Onofre (2007, p. 12).

Há que se pensar, portanto, em uma educação que seja capaz de incorporar, em seu processo pedagógico, o desenvolvimento de ações de conhecimento que levem o

indivíduo a: primeiro, conhecer o mundo; segundo conhecer-se como sujeito capaz de agir nesse mundo e transformá-lo.

Observamos também que as professoras atuantes no presídio pesquisado buscam refletir sobre as práticas ali desenvolvidas, de forma geral, e sobre a própria atuação, de forma específica. Objetivando tornar a educação carcerária mais humanizada e consciente, haja vista que não se pode ignorar a especificidade de uma educação que tem como cenário a busca pela reinserção social. Assim sendo, o trabalho desenvolvido por elas não está apenas ancorado na produção do conhecimento curricular, mas também é perpassado pelo processo de reinvenção e empoderamento de suas alunas.

No que se refere às narrativas, as análises nos permitem afirmar que as profissionais que atuam na Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso preocupam-se em desenvolver práticas transformadoras, priorizando, em sala de aula, o ser humano e suas especificidades a fim de alcançar a efetiva ressocialização.

Compreendemos, nesse sentido, que a educação oferecida para as reeducandas é diferenciada da ofertada aos alunos “normais”, visto que elas buscam, por meio da escolarização, não apenas a elevação da escolaridade e a remição da pena, mas também um futuro melhor fora da prisão promovido pela qualificação oportunizada dentro da prisão. Além disso, conforme mencionado anteriormente, dados da pesquisa realizada pelo IPEA corroboram que o aumento da escolaridade é um indicativo para a redução da reincidência entre os presos postos em liberdade.

Considerações

São muitas as deficiências que assolam as cadeias brasileiras. Entre elas estão a superlotação, condições desumanas e um processo de ressocialização pouco eficiente. Essa é uma realidade que todos os dias bate à nossa porta. Assim, necessário se faz buscar caminhos que desmistificam os estigmas que acometem a população carcerária, que cresce assustadoramente dentro dos presídios do país.

Desarmar a população de preconceitos sobre a ressocialização é um dos primeiros passos para a reversão desse quadro. Pois, mesmo sendo um dos principais meios de reintegração e readaptação dos internos, a educação entre grades é, muitas vezes, vista de maneira jocosa e desrespeitosa. Há que considerar, entretanto, que a pessoa em situação de prisão está reclusa por um determinado período e que, nesse espaço de tempo, é dever do

Estado atuar como ressocializador, no intuito de devolvê-lo reabilitado à sociedade, pronto para uma convivência saudável. Mas, infelizmente, o que se vê é o oposto. Muitas vezes, são ejetadas da cadeia pessoas piores do que quando entraram, pessoas marcadas por condições subumanas e pelo descaso do poder público, fato que pode ser superado com métodos efetivos de ressocialização.

É nesse momento que uma educação humanizada, ao tomar a linha de frente, pode transformar e ressocializar. Como é o caso da educação ofertada na Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso, cujo êxito somente é possível devido ao fato de alunas e professoras se juntarem em prol de um bem maior, a busca pela ressocialização, não só das alunas, mas também das famílias e de toda uma comunidade que está ligada direta ou indiretamente àquelas mulheres.

Espera-se corroborar, através deste estudo, com outras pesquisas que focalizam essa temática e que denunciam o muito que ainda há por fazer em prol da disseminação e fortalecimento da educação prisional. Entretanto, há que reconhecer o trabalho exemplar que quatro professoras, sem capacitação específica e sem materiais didáticos suficientes, fazem para a construção do processo de reinserção social, que é tão importante e, ao mesmo tempo, tão complexo e tão difícil, não só para os alunos privados de liberdade, mas também para os educadores que estão na linha de frente desse processo de ressocialização humanizada.

Referências

- Alberti, V. (2005). *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV.
- Araújo, S. S., Leite, M. C. (2013). A assistência educacional no sistema penitenciário federal. *Revista Eletrônica de Educação*, 7(1).
- Cunha, E. L. (2010). Ressocialização: O desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cad. Cedes*. 30(81), 157-178.
- Duarte, A. J. O. (2013). Celas de Aula: o desafio da professoralidade no presídio. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*, 1(1), 25-36.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015). *Reincidência Criminal – Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf
- Julião, E. F. (2016). Educação e trabalho como propostas políticas de execução penal. *Alfabetização e Cidadania. Revista de educação de jovens e adultos*, 73-84.
- Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Alterada pela Lei 12.245 de 2010. (1984).
- Ministério da Justiça., Departamento Penitenciário Nacional. (2016). *Sistema integrado de informações penitenciárias – InfoPen*. Recuperado de <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

Onofre, E. M.C (2007). Escola da prisão: Espaço de construção da identidade do homem aprisionado? En ONOFRE, E. M. Cammarosano. (Org.). *Educação escolar entre as grades*. (pp. 29-50). São Carlos, Brasil: EdUFSCar.

Para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios. Lei nº 12.245 de 24 de maio de 2010 Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. (2010).

Silva, R. (1997). *Os filhos do governo*. São Paulo, Brasil: Ática.

Thompson, P. (2002). *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

Relação das professoras entrevistadas do estudo:

Araújo. Entrevista concedida à K.R.S.A.C. Em Pedro Afonso – TO, 2019.

Medeiros. Entrevista concedida à K.R.S.A.C. Em Pedro Afonso – TO, 2019.

Moraes. Entrevista concedida à K.R.S.A.C. Em Pedro Afonso – TO, 2019.

Santos. Entrevista concedida à K.R.S.A.C. Em Pedro Afonso – TO, 2019.

Relação das alunas entrevistadas do estudo:

Melo. Entrevista concedida à K.R.S.A.C. Em Pedro Afonso – TO, 2019.

Santos. Entrevista concedida à K.R.S.A.C. Em Pedro Afonso – TO, 2019.

Sousa. Entrevista concedida à K.R.S.A.C. Em Pedro Afonso – TO, 2019.